



v. 8 n. 3, p. 01-08, jul-set, 2014.

ISSN 2317-3122

Editora do GVAA - Grupo Verde de Agroecologia e Abelhas - Pombal-PB - Brasil www.gvaa.org.br

Revista RBGA: <http://www.gvaa.org.br/revista/index.php/RBGA>

Autores

^{1*} Anny Kariny Feitosa

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 25/04/2014. Aprovado em 15/02/2016.

1) Doutoranda em Ambiente e Desenvolvimento, UNIVATES. Mestre em Economia, UFC. Docente do IFCE. E-mail: akfeitosa@hotmail.com

REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO
AMBIENTAL - GVAA
GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS - POMBAL-PB - BRASIL

Revisão Bibliográfica

**PERSPECTIVAS TEÓRICO-CONCEITUAIS
SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
E ECONOMIA SOLIDÁRIA**

RESUMO – A presente pesquisa tem como objetivo fornecer informações sobre o desenvolvimento sustentável e economia solidária como alternativa de geração de renda e exercício da cidadania para populações excluídas do mercado de trabalho. A metodologia adotada foi pesquisa bibliográfica e documental, por meio da busca principalmente em livros, periódicos e nos diplomas legais pertinentes. Assim, conclui-se que, apesar das dificuldades, a economia solidária resiste e tem demonstrado significativos os resultados de benefícios apontados no campo da geração de trabalho e renda, da cidadania e do desenvolvimento sustentável local e meio ambiente

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Economia Solidária. Autogestão.

***THEORETICAL AND CONCEPTUAL PERSPECTIVES
ABOUT SUSTAINABLE DEVELOPMENT
AND SOLIDARITY ECONOMY***

ABSTRACT - This research aims to provide information on sustainable development and solidarity economy as an alternative income generation and citizenship for populations excluded from the labor market. The methodology adopted was bibliographical and documentary research, by seeking primarily in books, journals and relevant legislation. Thus, it is concluded that, despite the difficulties, the solidarity economy resists and has shown significant results indicated benefits in the field of generation of employment and income, citizenship and place and environment sustainable development.

Keywords: Sustainable Development. Solidarity Economy. Self-Management.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável tem sido construído como o resgate das premissas de equidade social, responsabilidade ecológica e participação cidadã como partes indissociáveis do desenvolvimento. Nessa perspectiva, a participação cidadã é uma possibilidade para a gestão das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado (OLIVEIRA, 2002).

Deste modo, percebe-se uma interface da área ambiental com a abordagem econômica, traduzida na realidade de crises ambientais no cenário socioeconômico mundial. Por essa razão, a busca de ações que vislumbrem concreti-

zar interesses comuns capazes de promover o desenvolvimento social através de práticas associativas vem se perpetuando ao longo dos tempos. Pois, a compreensão do processo de transformação e consolidação das bases locais inscritas pelo associativismo como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção do desenvolvimento local, só é possível por meio de argumentações críticas sobre o significado e conceitos que retratam o tema.

O conceito tradicional de desenvolvimento deu lugar ao conceito de desenvolvimento local, associado aos adjetivos de integrado e sustentável. Os fatores responsáveis por esta mudança de paradigma são múltiplos e estão situados tanto no contexto nacional como no internacional, abrangendo variáveis econômicas, culturais, políticas, sociais e ambientais (BUARQUE, 2002).

Presente neste contexto encontra-se o associativismo, constituindo-se em exigência histórica para melhorar a qualidade da existência humana, ou seja, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento e desenvolvimento (BUARQUE, 2002).

Nesta perspectiva, a presente pesquisa pretende fornecer informações sobre o desenvolvimento sustentável, além de promover a discussão da economia solidária como alternativa de geração de renda e exercício da cidadania para populações excluídas do mercado de trabalho.

Em um mundo marcado pelo desemprego, as práticas associativas se configuram como uma via de inserção privilegiada, o que lhe confere uma maior atenção na atualidade. Ademais, os estudos sobre a economia solidária ganham uma maior amplitude dado ao seu caráter de trabalho coletivo, solidário e democrático, permitindo uma nova lógica no âmbito da produção, intercâmbio e consumo e, com isso, institui uma nova sociabilidade mais inclusiva e, portanto, mais democrática.

REVISÃO DE LITERATURA

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocuparem em como tais incrementos são distribuídos e como os insumos (recursos naturais) são utilizados para alcance desses incrementos (OLIVEIRA, 2002).

A ideia é que desenvolvimento deve ser encarado como um processo de transformações econômicas, políticas e, principalmente, humanas e sociais. Oliveira (2002) afirma que desenvolvimento é o crescimento, incrementos positivos no produto e na renda, transformado para satisfazer às mais diversas necessidades do ser humano, como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e lazer, dentre outras.

Diante desse cenário e dos acontecimentos mundiais a respeito da sustentabilidade dos recursos naturais, surgiram, no final da década de 1960, a reflexão e o debate sobre a relação entre o meio ambiente e o crescimento. Prevaleciam, naquele momento, duas posições. A primeira era a

daqueles que apontavam os limites do crescimento, isto é, que o crescimento exponencial ilimitado era incompatível com a disponibilidade limitada dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2002).

Antes de se definir desenvolvimento sustentável (DS) faz-se necessário uma discussão para melhor entender o que é sustentabilidade. Para alguns autores como Cavalcanti (2003) sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema.

Para o autor, as discussões atuais sobre o significado do termo “desenvolvimento sustentável” mostram que se está aceitando a ideia de colocar um limite para o progresso material e para o consumo, antes visto como ilimitado, criticando a ideia de crescimento constante sem preocupação com o futuro.

Conforme Cavalcanti (2003) o tema sustentabilidade tem apresentado crescente interesse entre pesquisadores acadêmicos. Sua importância se deve principalmente à atenção despertada face às mudanças climáticas causadas pela ação predatória do homem no meio ambiente causando uma emergência planetária. Finalmente se reconhece o preço de fatores como o meio ambiente, o impacto sobre as comunidades e a longevidade dos funcionários, o que pode significar uma visão mais ampla de sustentar a lucratividade da empresa ao longo do tempo.

A verdadeira sustentabilidade é prevista pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) quando impõe como dever do Poder Público e da Coletividade a defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*) e quando estabelece a defesa do meio ambiente como um dos princípios da ordem econômica (art. 170, VI).

Sustentabilidade implica o reconhecimento da necessidade do Homem de fazer uso dos recursos naturais, sem esquecer que tais recursos são finitos e que prestam serviços importantes em um contexto mais amplo (SILVA, 2009).

De acordo com Lang (2009) o termo sustentabilidade tem constituído assunto de debates acirrados no meio acadêmico, empresarial e governamental, tanto no Brasil como nas demais nações do mundo, em vista das questões socioambientais se tornarem cobradas principalmente daqueles que se utilizam dos recursos naturais e do meio social para permanecerem e se perpetuarem em mercado competitivo.

Silva (2009) explica que o interesse por sustentabilidade se originou durante a década de 1980, a partir da conscientização dos países em descobrir formas de promover o crescimento sem destruir o meio ambiente, nem sacrificar o bem-estar das futuras gerações.

Desde então, o termo se transformou em cenário para causas sociais e ambientais, principalmente no nos negócios, onde prevalece a ideia de que de geração de lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com que mantém interações.

Silva (2009) considera que em termos econômicos, a sustentabilidade prevê que as organizações têm que ser economicamente viáveis, face ao seu papel na sociedade e que deve ser cumprido levando em consideração o aspecto

da rentabilidade, dando retorno ao investimento realizado pelo capital privado. Do ponto de vista social, a organização deveria proporcionar boas condições de trabalho e em termos ambientais, a empresa deveria pautar-se pela eficiência dos seus processos produtivos, oferecendo condições para o desenvolvimento de uma cultura ambiental organizacional, adotando-se uma postura de responsabilidade ambiental e buscando a não-contaminação de qualquer tipo do ambiente natural.

Também seria importante procurar participar de todas as atividades propostas pelas autoridades governamentais locais e regionais no que diz respeito ao meio ambiente. O crescente interesse pela sustentabilidade tem apresentado impactos nas estratégias das empresas. São cada vez mais cobradas demonstrações de que a empresa tem um foco sustentável. Esta cobrança é feita tanto pela sociedade como pelos seus clientes corporativos governos, dentre outros (SILVA, 2009).

De acordo com Ruscheinsky (2004), o tema da sustentabilidade traz uma infundável controvérsia teórica e prática, principalmente, porque é uma temática que está presente em diferentes e conflituosos: discursos políticos, interesses econômicos e perspectivas científicas.

Atualmente, o discurso dos gestores e dos empreendedores sobre sustentabilidade é dirigido a seus funcionários, ao mercado consumidor, aos concorrentes, aos parceiros, às Organizações Não-Governamentais (ONGs) e aos órgãos governamentais (SILVA, 2009).

Esses discursos buscam vincular práticas gerenciais ambientais, sociais e econômicas a uma imagem positiva da empresa. No entanto, várias empresas têm dificuldade em associar seus discursos e práticas gerenciais a uma definição completa de sustentabilidade. Algumas focam questões sociais; outras questões ambientais; e muitas, questões exclusivamente econômicas (SILVA, 2009).

Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável popularizou-se mundialmente a partir de 1987, quando foi utilizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em seu relatório "Nosso Futuro Comum", também conhecido como Relatório Brundtland. O relatório dessa Comissão vem difundindo, desde então, o conceito de desenvolvimento sustentado, que passou a figurar sistematicamente na semântica de linguagem internacional, servindo como eixo central de pesquisas realizadas por organismos multilaterais e, mesmo, por grandes empresas (ALMEIDA, 2002).

Um aspecto central do enfoque em questão é o balanceamento da proteção ambiental com o desenvolvimento social e econômico, induzindo um espírito de responsabilidade comum como processo de mudança, no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas de desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentido harmonioso.

O conceito de desenvolvimento sustentável ainda está em construção segundo a maioria dos autores que escrevem sobre o tema, como por exemplo, Carla Canepa (2007) e José Eli da Veiga (2008).

Conforme Veiga (2008) a expressão desenvolvimento sustentável originou-se na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, e significa um modo de desenvolvimento (aqui, acrescenta-se: social,

econômico, político, cultural e ambiental) que atenda às necessidades do presente, sem comprometer a existência das gerações futuras. Enfim, o desenvolvimento sustentável busca compatibilizar as necessidades de desenvolvimento econômico e social com as necessidades de preservação ambiental para as atuais e futuras gerações.

A conceituação do desenvolvimento sustentável tem como marco o ano de 1987, quando a então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland, apresentou para a Assembleia Geral da ONU, o documento "Nosso Futuro Comum", que ficou conhecido como Relatório Brundtland (VEIGA, 2008, p.191).

Para Carla Canepa (2007) o desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro.

Na década de 60, a ONG Clube de Roma, debatia as questões ambientalistas, e neste íterim alguns estudiosos em várias partes do planeta esboçavam os primeiros comentários sobre questões que envolviam o tema. Em seu primeiro relatório o Clube de Roma (Limits to Growth de 1972) impactou a comunidade científica ao apresentar cenários bastante catastróficos sobre o futuro do planeta se o padrão desenvolvimentista se permanecesse nos mesmos moldes vigentes da época.

A partir daí vários outros relatórios foram elaborados todos com o mesmo fundamento: preservar o meio ambiente. Para isso havia a necessidade de se alterar o padrão desenvolvimentista. Pode-se, então, citar alguns que são referência como Desenvolvimento Sustentável: relatório do Clube de Roma: Limites do Crescimento (1968); declaração de Estocolmo (1972); relatório de Brundtland: Nosso Futuro Comum (1987); declaração do Rio (1992); e, agenda 21 (1992).

Segundo Veiga (2008) o conceito de Desenvolvimento Sustentável é apresentado pela primeira vez na década de 80 pelo Relatório Brundtland. Em 1992, a declaração do Rio sobre o meio ambiente é o resultado das discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu em junho no Rio de Janeiro, a ECO-92, reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972.

A Declaração de Estocolmo elaborou vinte e seis princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano.

De acordo com Veiga (2008) a Declaração de Política de 2002 da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburg, afirma que o Desenvolvimento Sustentável é construído sobre três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Conforme Oliveira (2002) o debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda

como condição para chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocuparem em como tais incrementos são distribuídos e como os insumos (recursos naturais) são utilizados para alcance desses incrementos.

De acordo com Almeida (2002, p. 64), a maior dificuldade não está em elaborar o conceito de desenvolvimento sustentável, mas sim em colocá-lo em prática. As empresas devem gerir o desenvolvimento sempre considerando os aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Scharf (2004) menciona a dificuldade de se colocar em prática o conceito de desenvolvimento sustentável por envolver uma mudança na cultura da organização e de seus funcionários, além de demandar tempo e recursos financeiros. Ainda no entendimento de Scharf (2004), para que a empresa seja sustentável, é preciso minimizar seus riscos, criando condições para um futuro mais estável, garantindo a continuidade do negócio e o relacionamento amigável com a sociedade. A autora identifica onze indicadores de sustentabilidade:

1. Mantém uma perspectiva de rentabilidade econômica no médio-longo prazo;
2. Opera dentro da lei, sem passivos que possam gerar prejuízos inesperados;
3. Minimiza sua dependência de recursos esgotáveis ou sujeito a escassez;
4. Minimiza seus impactos sobre os recursos naturais e a paisagem;
5. Desenvolve produtos ou serviços que contribuem para o que é percebido pela sociedade como um benefício social e ambiental;
6. Estabelece uma relação de respeito e minimiza o conflito com seus funcionários, fornecedores, clientes, acionistas e outros stakeholders, ou seja, os diversos atores que têm interesses diretos ou indiretos no empreendimento;
7. Cultiva a eficiência no uso dos recursos renováveis e não renováveis, com investimentos em tecnologia avançada e soluções de longo prazo, assim como se preocupa com os impactos de seus bens e serviços ao longo de todo o seu ciclo de vida;
8. Reduz os resíduos e recicla os materiais que descarta;
9. Tem transparência na gestão independente de possuir capital aberto, promovendo assim a confiança dos acionistas, investidores, fornecedores, clientes, etc.;
10. Evita o uso de formas de propaganda maliciosa, que induzam o público a confundir a verdadeira atuação da empresa com ações beneficentes que não influenciam sua atuação;
11. Relaciona-se com demandas de ordem global (o aquecimento do planeta ou o surgimento de consumidores engajados em outros continentes) e local (a comunidade que a sua atuação afeta).

Para Scharf (2004) o desenvolvimento sustentável se tornou imprescindível à sobrevivência das empresas e do próprio planeta Terra. No seu entendimento, uma empresa que visa à sustentabilidade deve ser transparente e capaz de avaliar seu desempenho socioambiental. A melhor maneira de se fazer isso é por meio do relatório anual de sustentabilidade.

A sua vez, a economia solidária (ES), desde a sua origem, esteve associada à busca de maior autonomia econômica e também política das populações. Segundo Singer (2007, p.04):

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão «desregulamentada» das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande vaga do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã-Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal.

Diferentemente do modo capitalista de produção, a economia solidária caracteriza-se pela adoção de práticas e relações de colaboração solidária, colocando o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza (SINGER, 2007).

Conforme Antunes (2003) a Economia Popular Solidária passa a ser considerada uma das alternativas aos trabalhadores, diante do acirramento da questão social - como, por exemplo, a falta de empregos. Com a reestruturação do capital possibilitada por tecnológicos, cria-se uma massa de trabalhadores, considerados “sobrantes” pelo capital, o que acirra o processo de alienação, a precariedade das condições de trabalho e as desigualdades sociais.

Segundo Senaes (2006), a Economia Solidária é um campo de estudos relativamente recente na academia, mas que acompanha a crescente proliferação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), manifestada desde a década de 1980, intensificando nos primeiros anos do século XXI. Este fenômeno ocorreu em âmbito nacional como uma reação à crise estrutural deste período, tanto no meio urbano quanto rural, sendo visto especialmente como uma alternativa ao desemprego, uma fonte complementar de renda ou para obter maiores ganhos com a atividade associativa.

No campo da Economia Solidária, o debate sobre desenvolvimento perpassa as discussões e ações de diversos atores sociais, sendo que as práticas dos empreendimentos têm despertado interesses diversos, especialmente do meio acadêmico e de setores governamentais, por representarem concretamente aquilo que genericamente se discute como um novo processo de desenvolvimento (SENAES, 2006).

A Economia Solidária, segundo Oliveira e Verardo (2007, p.08) se apresenta como:

[...] perspectiva de desenvolvimento econômico e social baseado em novos valores culturais e em novas práticas de trabalho e de relação social. O desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico e deve abranger as relações entre as pessoas, a organização do trabalho, resgatar a dimensão humana na produção, na comercialização e no consumo. Deve rever as transformações sofridas no mundo do trabalho recuperando a relação entre trabalho e tempo livre e a questão socioambiental. Estamos falando de desenvolvimento que envolve o social, o cultural, o político e o afetivo a partir do local, do espaço territorial e também no sentido mais geral, estamos falando de desenvolvimento sustentável.

Pode-se afirmar ainda que, para os autores, a proposta da Economia Solidária busca inserir a cooperação no lugar da competição, a inteligência coletiva ao invés do individualismo, a gestão coletiva em vez da precarização das condições de trabalho. Também entendem o desenvolvimento como um processo em construção a partir de distintas realidades, que formam um projeto emancipatório, integral, que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e a democracia participativa (OLIVEIRA; VERARDO, 2007).

De acordo com Basso et al. (2000) o debate sobre o desenvolvimento se conecta com a Economia Solidária na medida em que esta pode ser entendida como uma estratégia de promoção do desenvolvimento tendo como parâmetro as condições locais. Em vez de buscar copiar ou imitar experiências bem-sucedidas ou as melhores práticas, deve-se buscar conhecer melhor a situação objetiva dos processos locais, suas características, seus atuais níveis de produtividade, a dinâmica de seu processo de produção, a natureza de seus produtos e a sua dinâmica organizacional para, a partir desta realidade constatada, propor ações que possam melhorar o nível de renda dos agentes e a qualidade do desenvolvimento local.

Além de se constituir numa forma de reação a situações de crise, a economia solidária vem ganhando relevância pelos resultados que apresenta e principalmente pelas possibilidades de influir nos processos locais de desenvolvimento, apontando características mais favoráveis para a distribuição da riqueza econômica da sociedade, ao provimento de condições de trabalho justas e solidárias e também ao respeito com as questões ambientais (OLIVEIRA; VERARDO, 2007). Na compreensão de Souza (2008, p.35) os empreendimentos da economia solidária:

[...] compreendem uma diversidade de práticas econômicas e sociais, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outras, que realizam atividades de produção de bens,

prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo.

A economia solidária, nesse viés, retoma, pois, a unicidade do processo produtivo, onde os indivíduos, organizados, seriam os proprietários dos meios de produção dos quais lançam mão para a efetivação do seu trabalho e promoveriam a “socialização” desses meios a partir do trabalho cooperado, o que culminaria em uma síntese entre modos arcaicos de produção (anteriores à Revolução Industrial), onde os indivíduos estavam intensamente atrelados ao território e aos demais fatores de produção existentes, e o sistema capitalista em seu estágio atual de evolução (SOUZA, 2008).

Na perspectiva de Singer (2002) a economia solidária consiste em um novo modo de produção. No que diz respeito à solidariedade, entende-se que o mesmo empreendimento é compreendido em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com o meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional.

A economia solidária no Brasil, segundo Gaiger (2004), desdobrou-se em um complexo movimento social caracterizado pela criação e sistematização de iniciativas coletivas de produção, comercialização, crédito, prestação de serviços e consumo, norteadas por princípios como a autogestão, a democracia participativa, a cooperação, o igualitarismo e o desenvolvimento sustentável.

Tais iniciativas, também denominadas empreendimentos econômicos solidários (EES), abrangem as mais diversas modalidades de organização, definidas por Lisboa (2005, p.129) da seguinte forma:

A expressão economia solidária designa inúmeras experiências que incluem formas diversas de agricultura familiar, assentamentos do MST, empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão, cooperativas, redes de catadores e recicladores, redes nacionais e internacionais de comércio justo, incubadoras de empresas, cooperativas populares, inúmeras experiências de finanças populares, clubes de troca e as economias indígenas e de quilombos.

Esses Empreendimentos Econômicos Solidários, via de regra, compreendem projetos de confecção de roupas, artesanato, coleta e reciclagem de lixo, produção de alimentos, serviços gerais, entre outras atividades, que podem, eventualmente, receber apoio de organizações da sociedade civil (ONGs, igrejas, sindicatos) ou do Estado, através da elaboração e implementação de políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal.

Conforme Singer (2003, p.125), no Brasil, o movimento já alcançou dimensões encorajadoras, uma profusão de novas entidades foi literalmente inventada nos últimos cinco a dez anos. Sem descer a minúcias, podemos arrolar

órgãos ligados à Igreja como a Cáritas e a Fase, movimentos pela reforma agrária como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), agências formadas pelo movimento sindical urbano como a Associação dos Trabalhadores em empresas de autogestão (ANTEAG, 2000) e a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) formada pela CUT, além das universidades.

Segundo informações provenientes da primeira edição do “Atlas da economia solidária no Brasil” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006), no que diz respeito ao quadro social dos empreendimentos econômicos solidários, há significativo aumento do número de iniciativas organizadas exclusivamente por mulheres em relação às desenvolvidas apenas por homens. Essas diferenças tendem a se alargar especialmente em empreendimentos de pequeno porte, contendo até dez sócios.

Segundo Arroyo (2006) o debate sobre economia solidária tem aparecido com uma relevância cada vez maior, quando se observa os resultados do grande número de falências de empresas e de pessoas desempregadas que conseguiram melhorar suas rendas e suas vidas a partir dessa alternativa socioeconômica, além do que é mais importante: a possibilidade de construção de outra relação social.

O desenvolvimento solidário é, conforme Singer (2004), impulsionado por comunidades de pequenas firmas, cooperativas de trabalhadores ou associações que são conduzidas por valores de cooperação e ajuda mútua, mesmo que competindo entre si no mercado.

Ainda conforme o autor, o desenvolvimento solidário e o capitalista apoiam-se nos mesmos avanços do conhecimento e sua aplicação aos empreendimentos humanos.

No Brasil, o Programa de Apoio às Cooperativas Populares – PRONINC criado em 1997 pode ser considerada como a primeira célula das políticas de economia solidária. Mas foi somente no governo do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, com Olívio Dutra, no período de 1999 à 2002, e posteriormente em nível nacional, com a posse de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003 através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego, é que as ações voltadas ao desenvolvimento da Economia Solidária começam a abrir espaço no âmbito estatal como políticas públicas (SENAES, 2008).

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi produto das reivindicações de diversos setores da sociedade que já viam este modelo de organização econômico social e produtiva como uma alternativa consistente de geração de trabalho e renda com inclusão social, tais como o movimento sindical, pastorais de base da Igreja Católica, movimentos de trabalhos rurais, e mais uma gama de organizações da sociedade civil reunidas no Fórum Nacional de Economia Solidária, além do Fórum de Gestores Públicos (SENAES, 2008).

As principais ações da SENAES estão centradas no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Segundo o Plano Plurianual 2008-2011, os objetivos deste programa são: “Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a

promoção do desenvolvimento justo e solidário” (SENAES, 2008).

Tais políticas propõem a organização coletiva de trabalhadores em associações, cooperativas, outras formas institucionais, em regime de colaboração e auto-gestão.

No modelo da economia solidária, “ninguém que deseja e precisa trabalhar tem de encontrar quem queira empregá-lo. Basta aderir a um empreendimento solidário, cujas portas devem estar sempre abertas a novos sócios” (BRASIL, PPA 2008-2011).

Há atualmente um mapeamento da economia solidária no Brasil, chamado Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária-SIES, organizado no Ministério do Trabalho e Emprego, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, e que tem apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ainda em fase de construção, mas que já dispõe de alguns resultados parciais (SENAES, 2006).

As abordagens desenvolvidas por Gaiger (2004), ao analisar os resultados da pesquisa realizada em nove Estados brasileiros, chama a atenção para a diversidade de caminhos e soluções que estão expressos na economia solidária e para as opções teórico-conceituais “ligeiramente diferentes” adotadas pelos pesquisadores. Porém, em suas constatações históricas sobre a economia solidária e as marcas que ela deixou ou pode vir a deixar no desenvolvimento atual e futuro da sociedade brasileira, deduz que a existência de empreendimentos econômicos solidários nada tem de corriqueiro, trivial, e tampouco é um reflexo previsível diante da crise do mercado de trabalho.

Percebeu-se, na pesquisa, que a adoção de iniciativas de trabalhos cooperativos pode advir de objetivos despretensiosos quanto a provocar reviravoltas no padrão de vida dos indivíduos, sem possuírem nenhuma ambição política, de dizer algo para a sociedade, e mesmo assim responderem a necessidades de proteção, pela via associativa, contra o rolo compressor dos grandes poderes econômicos (GAIGER, 2004).

As circunstâncias isoladas ou conjugadas que levam ao surgimento dos empreendimentos apontam para algumas circunstâncias como: a presença de setores ou a existência de organizações e lideranças populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe; chances favoráveis para práticas econômicas associativas compatíveis com a economia popular dos trabalhadores; presença de entidades e grupos de mediação (apoiadores, assessores, etc.) aptos a canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias; a incidência concreta sobre os trabalhadores dos efeitos da redução do emprego e a formação de um cenário político que reconhece a relevância das demandas sociais, oriundas de longo caminho já percorrido, que coloca a economia solidária para o debate da sociedade (GAIGER, 2004).

Desta forma, deve-se ter em consideração que os caminhos que levam ao processo econômico solidário vão de encontro à lógica capitalista, entretanto, existem resultados consideráveis, sem que tenha ocorrido o choque esperado por muitos, entre modelos produtivos na perspectiva de outro sistema socioeconômico (GAIGER, 2004).

MATERIAIS E MÉTODOS

Como metodologia de pesquisa foi utilizada a pesquisa teórico-conceitual, sendo classificada como pesquisa bibliográfica, por meio da busca principalmente em livros, periódicos e diplomas legais que versassem sobre o tema em discussão.

Segundo GIL (2007) a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos dados da literatura sobre o tema, verificou-se que em iniciativas de economia solidária ocorre o livre desenvolvimento do trabalho criativo devido à forma de gestão adotada, que garante o desempenho individual, preserva a liberdade, a criatividade, a iniciativa e proporciona o crescimento do empreendimento como um todo. A partir daí, é possível considerar que os empreendimentos autogeridos possibilitam aos trabalhadores condições inegavelmente emancipatórias pela autonomia no trabalho e pelo trabalho.

Pois, conforme foi observado na literatura, os arranjos produtivos autogestionários baseados na cooperação, a concepção de mercado justo, a socioeconomia solidária e a formação de redes associativas de desenvolvimento local e integrado possibilitam o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir vocações locais e despertar suas potencialidades específicas (BUARQUE, 2002).

Por essa razão, é relevante ressaltar que na economia solidária, há o efeito imediato de distribuição de propriedade e renda em função do princípio formativo da igualdade na participação econômica dos associados nos empreendimentos, como ocorre nas cooperativas. Isso reflete na democratização da economia com estímulo para o crescimento e para a redução das desigualdades.

Além disso, pode-se afirmar que os ganhos sociais são mais amplos, pois possibilitam o reconhecimento dos trabalhadores como cidadãos, viabilizam e reforçam espaços que estruturam elos comunitários com efeitos valiosos na diminuição da degradação do tecido social.

Na vivência associativa, destacam-se como vantagens: a união entre as pessoas, o aprendizado com relação do respeito ao próximo e o respeito às opiniões de cada integrante. Além disso, observa-se o que diz respeito aos empreendimentos autogeridos possibilitarem aos trabalhadores condições emancipatórias pela autonomia no trabalho, inclusive pelo livre uso da criatividade em criar novos produtos, experimentar novos arranjos. Com base nestes novos produtos e sua comercialização, é possível afirmar que um trabalho coletivo de associação precisa se iniciar por um grupo de empresas com problemas semelhantes, perfil gerencial de empresários similares, empresários motivados a trabalhar em grupo, no mesmo ramo de atividade e proximidade geográfica (CANTERLE, 2004), com a finalidade de assegurar competitividade mercadológica. Além disso, tão importante quanto o aspecto econômico, são os aspectos administrativos e sociais, também colocados

como valores numa sociedade que busca o desenvolvimento sustentável.

Uma questão importante que vale destacar como resultado da pesquisa é que a economia solidária favorece experiências significativas para os associados no sentido de recuperação da dignidade, da solidariedade e da construção de uma nova vida. Corroborando com tal afirmação está Canterle (2004), que afirma que “O associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como motivação básica as inquietações da autora quanto à necessidade de encontrar respaldo teórico nos processos autogestionários e no desenvolvimento sustentável.

A fim de atingir este objetivo foi realizada a revisão da literatura sobre o tema, que desvelou ser a economia solidária uma alternativa de melhoria social e econômica para pessoas, na medida em que, através da união dos indivíduos, proporciona o fortalecimento do grupo, para que os indivíduos envolvidos possam concorrer no ambiente econômico na busca dos objetivos individuais através da atuação coletiva, resgatando, assim, o homem político e participativo para tornar-se mais uma alternativa de organização que contribua com o desenvolvimento econômico e social do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ANTEAG. **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. São Paulo: Anteag, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- ARROYO, J. C. T. **Economia popular e solidária: a alavanca para um Desenvolvimento sustentável e solidário**. 1ª ed. - São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- BASSO, D. et. al. (org). **Estudo da dinâmica e perspectivas da indústria de Ijuí-RS /Ijuí**: Ed. UNIJUI, 2000.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável. Metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CANEPÁ, Carla. **Cidades Sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade**. São Paulo: Editora RCS, 2007.
- CANTERLE, N. M. G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão-PR, Unioeste, 2004. Disponível em: <www.unioeste.br>. Acesso em: 17/06/11.

- CAVALCANTI, Clóvis. (org.). **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.
- GAIGER, L. I. (Org). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LANG, J. **Gestão ambiental: estudo das táticas de legitimação utilizadas nos relatórios da administração das empresas listadas no ISE**. Universidade Regional de Blumenau, 2009. Dissertação de mestrado.
- LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e auto-gestão: imprecisões e limites. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, p.109- 115, jul./set. 2005.
- OLIVEIRA, G.B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.
- OLIVEIRA, B. A.; VERARDO, L. **Economia Solidária e desenvolvimento**. In: FBES (org). **Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária**: Caderno de aprofundamento aos debates, 2007, disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docoman&task=cat_view&gid=406&Itemid=18. Acessado em 10/06/11.
- RUSCHEINSKY, A. (org). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**, Porto Alegre: Sulina, 2004.
- SCHARF, Regina. **Manual de Negócios Sustentáveis**. São Paulo, Amigos da Terra, 2004.
- SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. 1.ed. Brasília: MTE/SENAES, 2006
- _____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária: Mapeamento no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, RS, 2008.
- SILVA, D. da, C. C., Sc: **Sustentabilidade Corporativa**. In: **Anais VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT**, Resende, RJ, 2009.
- SINGER, Paul. **Economia Socialista**. In: SINGER, P.; MACHADO, J (Orgs.). **Economia Socialista**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, P. e _____. **A economia solidária no governo federal. Mercado de trabalho**, n. 24, IPEA, ago. 2004.
- SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Brasil: um retrato em 2005**. In: **Economia Solidária/Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social. Manual para Formadores. Descobrimos a outra economia que já acontece**. MTE –Secretaria Nacional de Economia Solidária: esplanada dos Ministérios, Bloco F, sl. 339 – Brasília, DF, 2007.
- SOUZA, Daniela Neves de. **Reestruturação capitalista e trabalho**: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 11, n.1, p. 53-60, 2008.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.